



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CLARO
ESTADO DO PARANÁ



CONTRATO 194/2010 (PMRC)

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 090/2010 (PMRC)

AQUISIÇÃO DE EMULSÃO ASFÁLTICA CATIONICA DE PETRÓLEO TIPO RR-2C, PARA USO NA MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS, RUAS E AVENIDAS DESTE MUNICÍPIO

O MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF nº 75.449.579/0001-73, com sede à Rua Coronel Emilio Gomes, nº 731, Centro, Ribeirão Claro, Estado do Paraná, neste ato, representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. GERALDO MAURÍCIO ARAÚJO, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade RG nº M-1.038.666-MG e inscrito no CPF/MF nº 089.954.609-97, e, pelo Secretário Municipal de Obras e Urbanismo, o Sr. CARLOS ALBERTO RODRIGUES, arquiteto, portador da Carteira de Identidade RG nº 18.346.056/SSP-SP e inscrito no CPF/MF nº 058.464.628-39, ambos brasileiros, residentes nesta cidade de Ribeirão Claro, Estado do Paraná, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **CBB INDUSTRIA E COMERCIO DE ASFALTO E ENGENHARIA LTDA**, inscrito no CNPJ/MF nº 82.381.815/0001-22, com sede à Rua João Bettega nº 3.500 CIC, Curitiba, Estado do Paraná, neste ato, representada por seu procurador, o Sr. JOÃO FRANCISCO CANEVARI JUNIOR, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade RG nº 426.708 e inscrito no CPF/MF nº 916.285.049-00, a seguir denominada **CONTRATADA**, acordam e ajustam firmar o presente Contrato, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de Julho de 2002, pelos Decretos Federais nº 3.931, de 19 de Setembro de 2001 e nº 4.342, de 23 de Agosto de 2002, pela Lei Municipal nº 255, de 19 de Abril de 2006, pelo Decreto Municipal nº 356, de 23 de Agosto de 2007, aplicando-se subsidiariamente no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, assim como pelas condições do Edital de Licitação tipo Pregão Presencial nº 090/2010 (PMRC), homologado em 14 de Dezembro de 2010, pelos termos da proposta da **CONTRATADA** e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, deveres, obrigações e responsabilidades das partes.

Cláusula Primeira – DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a **aquisição de emulsão asfáltica cationica de petróleo tipo RR-2C, para uso na manutenção de estradas vicinais, ruas e avenidas deste município, conforme Edital de Pregão Presencial nº 090/2010 (PMRC) e seus Anexos**, assim descrito:

| Item | Produto | Apres | Quant | Vlr uni (R\$) | Vlr total (R\$) |
|------|---|-------|-------|---------------|-----------------|
| 01 | Emulsão asfáltica cationica de petróleo tipo RR 2-C | Ton | 40 | 1.242,00 | 49.680,00 |

Cláusula Segunda – DO VALOR

Pelo fornecimento do objeto deste Contrato, proveniente do Edital de Pregão Presencial nº 090/2010 (PMRC), o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, o valor total estimado de **R\$ 49.680,00 (Quarenta e nove mil, seiscentos e oitenta reais)**, pelo fornecimento do Item 01, objeto do Edital acima mencionado, incluído todas as despesas acessórias e/ou decorrentes como frete de entrega.

Cláusula Terceira – PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

Os produtos serão entregues com fornecimento integral, em até 03 (três) dias úteis após Autorização de Entrega, expedida pelo Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Ribeirão Claro, Estado do Paraná, na Prefeitura Municipal de Ribeirão Claro, Estado do Paraná, sito à Rua Coronel



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CLARO
ESTADO DO PARANÁ



Emílio Gomes, nº 731, Centro, Ribeirão Claro, Estado do Paraná, ou no local indicado na referida Autorização.

Cláusula Quarta – DA VIGÊNCIA

O presente Contrato terá a vigência de 90 (noventa) dias, ou seja, de 14 de Dezembro de 2010 à 14 de Março de 2011, momento em que se encerrará a obrigação recíproca das partes podendo ser prorrogado nas hipóteses previstas no Art. 57, da Lei 8.666/93, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração.

Cláusula Quinta – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O(s) pagamento(s) referente(s) à(s) entrega(s) do(s) objeto(s) do Pregão Presencial nº 090/2010 (PMRC), serão efetuados pela Prefeitura Municipal de Ribeirão Claro, até 20 (vinte) dias contados após a entrega dos produtos e mediante apresentação de Nota Fiscal, Prova de Regularidade relativa à Seguridade Social – INSS e Certificado de Regularidade do FGTS.

Cláusula Sexta – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente Contratação correrão à conta dos seguintes recursos orçamentários:

| Org/Uni | Classificação Orçamentária | | | | | Classificação Econômica | Despesa | Fonte Recurso | Descrição Fonte Recurso | Descrição Despesa |
|---------|----------------------------|-----|----|---|-----|-------------------------|---------|---------------|--|--|
| 0701 | 15 | 451 | 15 | 2 | 050 | 33903024 | 912 | 1000 | Recursos ordinários – Livres | Material para manutenção de bens imóveis |
| 0702 | 26 | 782 | 15 | 2 | 057 | 33903024 | 2504 | 1504 | Outros royalties e compensações financeiras e patrimoniais não previdenciárias | Material para manutenção de bens imóveis |

Cláusula Sétima – DO REAJUSTE

Os preços poderão ser reajustados nos termos do Art. 65, da Lei nº 8.666/93, combinado com o Art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000.

Cláusula Oitava – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Pelo presente Contrato, a **CONTRATADA** obriga-se a prestar o fornecimento na forma ajustada:

- Efetuar a entrega dos produtos de maneira fracionada em até 03 (três) dias úteis após a emissão de Autorização de Entrega, expedida pelo Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Ribeirão Claro, Estado do Paraná, na Prefeitura Municipal de Ribeirão Claro, Estado do Paraná, sito à Rua Coronel Emílio Gomes, nº 731, Centro, Ribeirão Claro, Estado do Paraná, ou no local por ele indicado, correndo por conta da **CONTRATADA** as despesas com embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e todas as despesas decorrentes do fornecimento;
- Emitir Nota fiscal, com nome e marca do(s) produto(s) fornecido(s), número do Pregão, número do Contrato, lote e outros, sem rasura e/ou entrelinhas e devidamente certificada pela contratante;
- Emitir Fatura, com o nome do(s) produto(s) fornecido(s), número do Pregão e/ou do Contrato, lote e outros;
- Apresentar juntamente com as Notas Fiscais/Faturas, durante o período de fornecimento à contratante, Certidão firmando Prova de Regularidade relativa à Seguridade Social expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social – Lei nº 8.212/91, devidamente atualizada e Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF, expedido



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CLARO
ESTADO DO PARANÁ



- pela Caixa Econômica Federal, conforme alínea "a" do art. 27 da Lei nº 8.036/90, devidamente atualizado para atestar seu adimplemento perante os órgãos competentes.
- e) Substituir **no prazo máximo de 03 (três) dias úteis**, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente ajustado, os produtos danificados, fora de padrão ou de qualidade duvidosa, sempre que se fizer necessário;
 - f) Permitir e facilitar a fiscalização prévia dos produtos, sempre que o **CONTRATANTE** considerar necessário.

Parágrafo Único: As Notas Fiscais serão emitidas pela **CONTRATADA** com o CNPJ/MF idêntico ao da documentação apresentada para habilitação na licitação, não sendo admitida a emissão por filiais da mesma ou por terceiros, e se forem constatadas incorreções serão as notas fiscais devolvidas e seu vencimento ocorrerá após a reapresentação das mesmas devidamente retificadas.

Cláusula Nona – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

O **CONTRATANTE** se obriga a:

- a) A cumprir todas as cláusulas e condições previstas neste Contrato, disponibilizando funcionário para a recepção e conferência do objeto deste Contrato e tudo o mais necessário para o desempenho da entrega feita pela **CONTRATADA**;
- b) Efetuar os pagamentos na forma convencionada na cláusula quinta.

Cláusula Décima – DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto no artigo 58 e nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Primeiro: Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

Parágrafo Segundo: A rescisão do contrato poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito do **CONTRATANTE**, nos casos enumerados nos incisos I a XIII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a **CONTRATADA** no prazo de 30 (trinta) dias; ou
- b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo neste Contrato desde que haja conveniência para o **CONTRATANTE**, ou
- c) Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

Parágrafo Terceiro: A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização estrita e fundamentada da autoridade competente.

Parágrafo Quarto: Na hipótese de a rescisão ser procedida por culpa da **CONTRATADA**, fica o **CONTRATANTE** autorizado a reter os créditos que aquela tem direito, até o limite do valor dos danos comprovados, sem prejuízo das penalidades aplicáveis.

Cláusula Décima-Primeira – DOS ENCARGOS

Todos os encargos decorrentes da execução do presente Contrato, sejam eles sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, civis, criminais e outras, serão de responsabilidade exclusiva da **CONTRATADA**.

Cláusula Décima-Segunda – DA GARANTIA CONTRATUAL

Como garantia de execução plena do objeto e fiel cumprimento dos termos deste Contrato, o **CONTRATANTE** terá a garantia de executar a **CONTRATADA** no caso de rescisão determinada por ato unilateral para ressarcimento e indenizações a ela devida, bem assim no caso de aplicação de multas após regular processo administrativo.

Cláusula Décima Terceira – DA GARANTIA DOS PRODUTOS ENTREGUES

A Contratada obriga-se a entregar os produtos relacionados na Cláusula Primeira deste contrato, em perfeitas condições de embalagem e dentro do prazo de validade do fabricante.

Cláusula Décima-Quarta – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O **CONTRATANTE** poderá aplicar à **CONTRATADA**, garantida a previa defesa.



- a) Multa – A não observância do prazo de entrega do produto objeto deste Contrato pela adjudicatária implicará multa à *CONTRATADA* na razão de 5% (cinco por cento) sobre o valor global do Contrato, podendo ser aplicada a cada novo período de 30 (trinta) dias de atraso, bem como do não cumprimento de outras cláusulas contratuais, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, devidamente justificado pela *CONTRATADA* e comprovado pelo *CONTRATANTE*, dentro do prazo estipulado no Contrato;
- b) Cabe à administração aplicar o que estabelece o Artigo 87 da Lei nº 8.666/93, ou seja “sendo que no caso de multa, esta corresponderá a 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato”;
- c) A importância correspondente à multa deverá ser recolhida junto à Prefeitura Municipal de Ribeirão Claro, Estado do Paraná, em 48 (quarenta e oito) horas ou o valor ser descontado das faturas a serem pagas. Os motivos de força maior, caso justificado até o 8º (oitavo) dia posterior à ocorrência, poderão a critério e juízo do *CONTRATANTE*, relevar as multas aplicadas;
- d) Advertência quando ocorrer o descumprimento das obrigações assumidas, desde que sua gravidade, a critério do *CONTRATANTE*, mediante justificativa, não recomende a aplicação de outra penalidade.

Cláusula Décima-Quinta – DA GESTÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A gestão e acompanhamento do presente contato será realizada pelo Sr. *CARLOS ALBERTO RODRIGUES*, portador da Carteira de Identidade RG nº 18.346.056 SSP-SP e inscrito no CPF/MF nº 058.464.628-39, da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da entrega e exercer em toda a sua plenitude e ação fiscalizadora de que trata a Lei nº 8.666/93, bem como a Lei Municipal nº 143/99.

Parágrafo Primeiro: A fiscalização que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da *CONTRATADA* por quaisquer irregularidades, ou ainda resultante de imperfeições técnicas, vício redibitório e na ocorrência desse, não implica em co-responsabilidade do *CONTRATANTE* ou de seus agentes prepostos.

Parágrafo Segundo: O *CONTRATANTE* se reserva ao direito de rejeitar no todo ou em parte os produtos, se considerados em desacordo ou insuficientes, conforme os termos discriminados na proposta da *CONTRATADA*.

Cláusula Décima-Sexta – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos deste Contrato reger-se-ão pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de Julho de 2002, pelos Decretos Federais nº 3.931, de 19 de Setembro de 2001 e nº 4.342, de 23 de Agosto de 2002, pela Lei Municipal nº 255, de 19 de Abril de 2006, pelo Decreto Municipal nº 356, de 23 de Agosto de 2007, aplicando-se subsidiariamente no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, e demais Legislações aplicáveis à espécie.

Cláusula Décima-Sétima – DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

Fica fazendo parte integrante deste instrumento de contrato, independentemente de transcrição, e para que produza todos os efeitos legais, principalmente a Ata da sessão pública de processamento do Pregão Presencial nº 090/2010 (PMRC), além dos atos convocatórios da licitação, proposta da *CONTRATADA*, bem como os demais documentos produzidos em função do processo licitatório referido.

Parágrafo Único: Serão incorporados a este Contrato, mediante Termo Aditivo, quaisquer modificações que venham a ser necessárias durante a sua vigência, decorrentes das obrigações assumidas pela *CONTRATADA* e eventuais alterações nos prazos de entrega e vigência, bem como eventuais acréscimos ou supressões das quantidades contratadas, dentro dos limites estabelecidos em Lei.

Cláusula Décima-Oitava – DA PUBLICAÇÃO

O presente instrumento será publicado em resumo, no Órgão Oficial do Município, consoante dispõe o Artigo 61, parágrafo único da Lei nº 8.666/93.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CLARO
ESTADO DO PARANÁ**



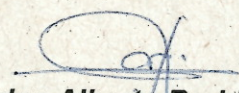
Cláusula Décima-Nona – DO FORO

O foro do presente Contrato será o da Comarca de Ribeirão Claro, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução do presente Contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e pactuados, firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo arroladas, pela sua validade e eficácia jurídica.

Ribeirão Claro-Pr, 14 de Dezembro de 2010.

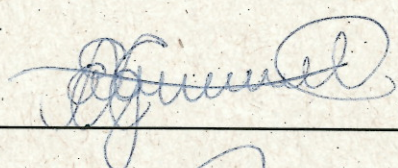

Geraldo Maurício Araújo
Prefeito – Contratante

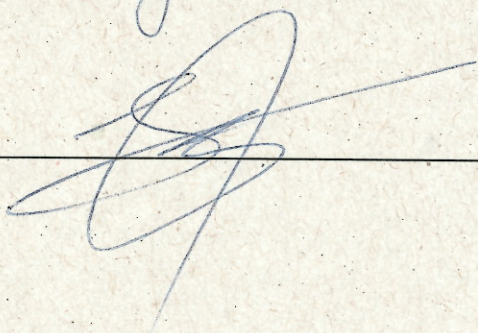

Carlos Alberto Rodrigues
Secretário Municipal de Obras e Urbanismo – Contratante



João Francisco Canevari Junior
CBB – Industria e Comércio de Asfalto e Engenharia – Contratada

Testemunhas:

Visto Departamento Jurídico:






CINTIA A. DE ALMEIDA DA SILVA
Advogada - OAB/PR 41 023
dra.cintiaalmeida@hotmail.com

TRIBUNAL DO VALE

Quinta-feira, 30 de dezembro de 2010

Atas&Editais|B-5

| 240 | 0.1.1.000 | 3190130000 | OBRIGAÇÕES PATRONAIS | 25.000,00 |
|------|-----------|-------------------------|---|------------|
| 300 | 0.1.1.000 | 3390390000 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P JURÍDICA | 20.000,00 |
| | | 03.001.28.841.00001-005 | Amortização da Dívida | |
| 350 | 0.1.1.000 | 4690710000 | PRINCIPAL DA DIVIDA CONTRATUAL RESGATADO | 10.000,00 |
| | | 04.003.15.451.04011-012 | Pavimentação Urbana | |
| 530 | 0.1.1.000 | 4490510000 | OBRAS E INSTALAÇÕES | 17.000,00 |
| | | 05.001.12.361.05012-026 | Manutenção do Ensino Fundamental | |
| 850 | 0.1.1.103 | 3190110000 | VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - P CIVIL | 8.000,00 |
| 860 | 0.1.1.103 | 3190130000 | OBRIGAÇÕES PATRONAIS | 14.000,00 |
| | | 07.001.10.301.07012-047 | Programa Agentes Comunitários de Saúde- PACS | |
| 1710 | 0.1.1.495 | 3190110000 | VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - P CIVIL | 23.000,00 |
| | | 08.002.08.243.08016-055 | Manut. Fundo Mun. da Criança e do Adolescente | |
| 1990 | 0.1.1.000 | 3190110000 | VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - P CIVIL | 2.000,00 |
| 2000 | 0.1.1.000 | 3190130000 | OBRIGAÇÕES PATRONAIS | 1.000,00 |
| | | | Recurso - Excesso de Arrecadação de Recurso Vinculado | |
| | | 04.003.15.451.04011-012 | Pavimentação Urbana | |
| 530 | 3.1.766 | 4490510000 | OBRAS E INSTALAÇÕES | 142.941,36 |
| | | 05.001.12.361.05012-027 | Manutenção do Transporte Escolar | |
| 920 | 3.1.132 | 3390300000 | MATERIAL DE CONSUMO | 1.918,02 |
| 940 | 3.1.132 | 3390390000 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P JURÍDICA | 5.850,00 |
| | | 08.001.08.244.08012-054 | Manutenção do Fundo Mun. De Assistência Social | |
| 1920 | 3.1.765 | 3390300000 | MATERIAL DE CONSUMO | 1.000,00 |
| | | | Recurso - Remanejamento | |
| | | 03.001.04.122.03012-004 | Manutenção da Administração Geral | |
| 310 | 0.1.1.000 | 3390470000 | OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS | 6.000,00 |
| | | 03.001.28.841.00001-005 | Amortização da Dívida | |
| 350 | 0.1.1.000 | 4690710000 | PRINCIPAL DA DIVIDA CONTRATUAL RESGATADO | 20.000,00 |
| | | 04.001.15.782.04012-009 | Manutenção da Viação Rural | |
| 460 | 0.1.1.000 | 3390390000 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P JURÍDICA | 15.200,00 |
| | | 04.003.15.451.04011-016 | Construção e Reforma de Prédios Públicos | |
| 580 | 0.1.1.000 | 3390300000 | MATERIAL DE CONSUMO | 1.000,00 |
| | | 05.001.12.306.05012-020 | Manutenção da Merenda Escolar | |
| 650 | 0.1.1.000 | 3390320000 | MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA | 10.000,00 |
| | | 05.001.12.361.05012-026 | Manutenção do Ensino Fundamental | |
| 860 | 0.1.1.000 | 3190130000 | OBRIGAÇÕES PATRONAIS | 55.000,00 |
| | | 05.002.12.365.05012-030 | Manutenção do Ensino Infantil | |
| 1040 | 0.1.1.104 | 3390300000 | MATERIAL DE CONSUMO | 2.000,00 |
| | | 07.001.10.301.07012-043 | Programa Saúde Bucal - PSB | |
| 1520 | 0.1.1.495 | 3390360000 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P FÍSICA | 2.500,00 |
| | | 07.001.10.301.07012-044 | Programa Saúde da Família - PSF | |
| 1570 | 0.1.1.495 | 3390360000 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P FÍSICA | 6.000,00 |
| | | 07.001.10.301.07012-046 | Manutenção do Fundo Municipal de Saúde | |
| 1640 | 0.1.1.303 | 3190130000 | OBRIGAÇÕES PATRONAIS | 48.800,00 |
| 1650 | 0.1.1.303 | 3390140000 | DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL | 4.500,00 |
| 1660 | 0.1.1.303 | 3390300000 | MATERIAL DE CONSUMO | 20.500,00 |
| 1680 | 0.1.1.303 | 3390390000 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P JURÍDICA | 5.000,00 |
| | | 08.001.08.244.08012-054 | Manutenção do Fundo Mun. De Assistência Social | |
| 1920 | 0.1.1.000 | 3390300000 | MATERIAL DE CONSUMO | 2.000,00 |
| | | | Recurso - Superávit Financeiro de Recurso Vinculado | |
| | | 03.001.04.122.03012-004 | Manutenção da Administração Geral | |

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CLARO ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DE CONTRATO N° 194/2010 – (PMRC)
PREGÃO PRESENCIAL N° 090/2010 – (PMRC)

Objeto: A aquisição de emulsão asfáltica catiônica de petróleo tipo RR-2C, para uso na manutenção de estradas vicinais, ruas e avenidas deste município

Contratada: CBB INDUSTRIA E COMERCIO DE ASFALTO E ENGENHARIA LTDA

CNPJ/MF: 82.381.815/0001-22

Valor: R\$ 49.680,00 (Quarenta e nove mil, seiscentos e oitenta reais).

Pagamento: 20 (vinte) dias contados após a entrega dos produtos e mediante apresentação de Nota Fiscal, Prova de Regularidade relativa à Seguridade Social – INSS e Certificado de Regularidade do FGTS. Vigência: 14 de Dezembro de 2010 a 14 de Março de 2011.

Assinatura: 14 de Dezembro de 2010.
Foro: Ribeirão Claro, Estado do Paraná.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CLARO ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DE CONTRATO N° 196/2010 – (PMRC)
CARTA CONVITE N° 005/2010 – (PMRC)

Objeto: A contratação de empresa especializada em Arquitetura e Engenharia Civil, para prestação de serviços técnicos especializados na execução de projetos de reforma na estrutura de cobertura, troca de pilares, acesso na entrada e recepção, com área de 921,79 m2, no Barracão existente no Centro de Eventos Municipal "Barão Victor Von Rainer Harbach", com apresentação de Projetos Arquitetônicos, Projetos Complementares, Planilha Orçamentária Quantitativa e Memoriais Descritivos.

Contratada: INCORPORE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA – EPP

CNPJ/MF: 07.840.791/0001-07

Valor: R\$ 18.504,54 (Dezoito mil, quinhentos e quatro reais e cinquenta e quatro centavos).

Pagamento: 20 (vinte) dias contados após a entrega dos produtos e mediante apresentação de Nota Fiscal, Prova de Regularidade relativa à Seguridade Social – INSS e Certificado de Regularidade do FGTS.

Vigência: 23 de Dezembro de 2010 a 23 de Março de 2011.

Assinatura: 23 de Dezembro de 2010.

Foro: Ribeirão Claro, Estado do Paraná.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPIRAMA – PARANÁ PREGÃO PRESENCIAL N° 011/2008

EXTRATO DE ADITIVO

DATA DE ASSINATURA DO ADITIVO: 28 DE DEZEMBRO DE 2010
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GUAPIRAMA

CONTRATADA: INSTITUTO DE SAÚDE PRO-VIDA

OBJETO: PRORROGAÇÃO DO VALOR E DA VIGÊNCIA DO